
TERRITÓRIO E FRONTEIRA COMO LIMITE GEOESTRATÉGICO DO ESTADO: O CASO DO HAITI E DA REPÚBLICA DOMINICANA

Guerby Sainte

Mestrando em Geografia, Universidade Estadual de Campinas
guerby20102010@gmail.com

Recibido: 10/07/2019; Devuelto para revisión: 29/10/2019; Aceptado:24/01/2020

Território e fronteira como limite geoestratégico do Estado: o caso do Haiti e da República Dominicana (Resumo) Este trabalho tem como principal intuito levar a uma eventual discussão sobre a fronteira entre o Haiti e a República Dominicana. Percebe-se que a fronteira é considerada como uma linha que é demarcada dos Estados soberanos. No cenário atual, a fronteira é de grande relevância que parece desvanecer-se em escala global, nacional e, conduzindo o processo de relativização multiforme do Estado. É necessário analisar como o Estado é essencial no estabelecimento do controle do território com o efeito da evolução das técnicas de atravessamento, fortalecimento e controle geopolítico e de eventos demográficos, a expansão e a dinâmica das trocas, em considerações políticas de uma ampla interdependência estatal. A metodologia do trabalho baseia-se no apoio de leituras bibliográficas, livros, teses, artigos científicos e vivências de fronteiras nos possibilitam fazer um filtro de estudo num viés dialético, e atribui para a elucidação da discussão sobre a relevância das fronteiras internacionais.

Palavras-chave: fronteiras, Estado, limite estratégico, território.

Territory and borders as a geostrategic limit of the State: the case of Haiti and the Dominican Republic (Abstract) This work has as main intention to lead an eventual discussion on the border between Haiti and the Dominican Republic. The border is considered as a line that demarcated the sovereign States. In the current scenario, it is great relevance that seems to fade on a global, national scale and, leading the process of multi-state relativization of State. It is necessary to analyze how State is essential in the establishment of territorial control with the effect of the evolution the techniques of crossing, strengthening and geopolitical control of demographic episodes, the expansion and the dynamics of exchanges, in political considerations of a wide State interdependence. The methodology of work is based on support in bibliographical readings, books, theses, scientific articles and experiences of frontiers, that allows us to make a study filter in a dialectical bias and attributing to the elucidation of the discussion about the relevance of international borders.

Keywords: borders, State, strategic limit, territory.

Objetivo deste trabalho destina-se a tornar pública uma discussão sobre a fronteira entre o Haiti e a República Dominicana, sendo que a fronteira é geralmente compreendida como o limite de jurisdição e soberania territorial e geoestratégica de um Estado. Partindo de uma abordagem de que esses episódios mais recentes determinam as metodologias que se desdobram na história das regiões de fronteira, que nem sempre possui um tracejado obviamente definido, mesmo depois de seu mapeamento. Contudo, ela foi considerada como linha convencional que é mais ou menos ativada, subordina-se os acontecimentos. Posto isso, os Estados e as populações de fronteira passam a estabelecer uma relação de troca, de culturas e de línguas entre si. Portanto, as diversificações de participações permitem constituir essas relações. Há a necessidade de controle, administração e gestão das fronteiras, levando os Estados a implementarem uma perspectiva do espaço ordenado e geométrico.

Tipologia de fronteira entre Haiti e República Dominicana

Haiti (10.700.000 habitantes) e República Dominicana (10.500.000 habitantes) compartilham a ilha de Hispaniola, porém, existe um profundo processo de diferenciação enraizado na divisão colonial realizada entre França e Espanha. Essa diferenciação herdada constitui uma espécie de “dupla insularidade”¹, marcada por considerável desigualdade socioeconômica, fortes diferenças culturais e pela inexistência de marcos institucionais (binacionais ou supranacionais) para a viabilização da integração fronteiriça². Em ambos os países a fraqueza do Estado, especialmente na fronteira, é um traço significativo. Apesar de muitas disputas históricas pelo controle territorial da ilha, que começaram com a colonização, com momentos de abertura e outros de fechamento das fronteiras, no século XX, a fronteira era encarada pelos Estados como “confins” dos territórios nacionais e marginalizada em termos de economia de escala.

Embora a fronteira de dois Estados tivesse delimitações imprecisas, a identificação entre fronteira internacional e limite desdobra-se por meio da mobilidade e da imprecisão cartográfica que na mais generalidade do tempo relaciona-se ao desenvolvimento da sociedade³. O recente (figura 1) mostra os corredores transfronteiriços e geográficos do Haiti e da República Dominicana.

Nesse contexto, as delimitações lineares evidenciam uma realidade política territorial particularizada que está vinculada à noção de fronteira. Essa limitação de fronteira entende-se por uma definição da linha de inserção de marcas sobre o território, no qual possibilitando perceber do início ou fim de um controle político territorial e do Estado⁴. Sendo assim, para que o Estado mantenha o melhor controle da fronteira, o território, portanto, pode ser investido de uma forte dimensão emblemática que é preservada. A fronteira aparece como um limite de partição circulando

1 Théodat, 1998, p. 7.

2 Alfonso, 2016, p. 36.

3 Martins, 1997, p. 47.

4 Ferrari, 2014, p.19.

um conjunto de símbolos e valores, com os quais uma comunidade se identifica⁵, que vão da bandeira ou da forma dos campanários até a estrutura social aceita, as crenças religiosas e os princípios educacionais⁶.

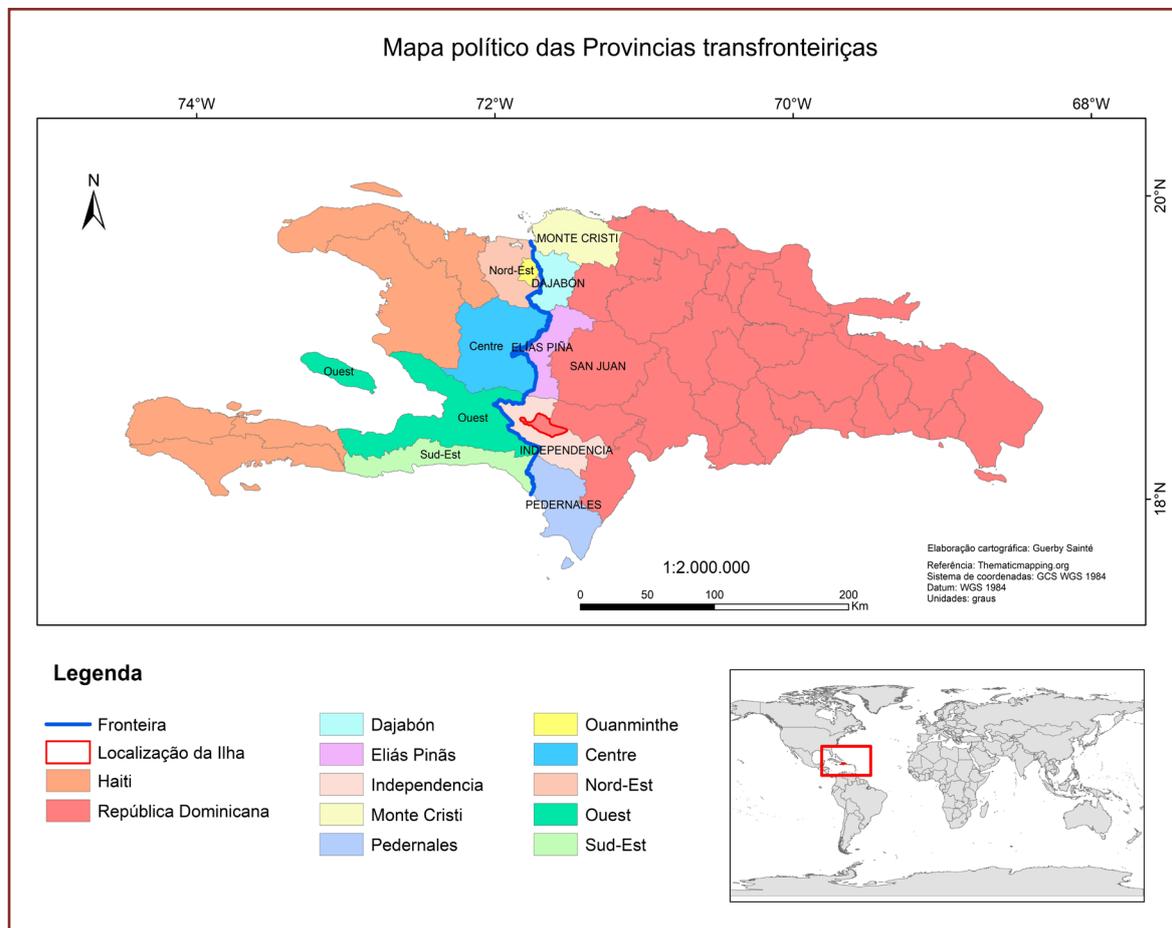


Figura 1. Divisão geográfica do Haiti e República Dominicana

Fonte: Thematicpping.org (2019). Elaboração: Guerby Sainte (2019)

No meio de diversas divergências sociopolíticas, sociais e econômicas existentes entre os dois países vizinhos, a fronteira passa a exercer um papel de zona camuflada em linha na medida em que a cada delimitação linear fixada retribui a uma área geográfica. Portanto, essas áreas estão geralmente municiadas por uma série de armamentos que se transmutam em postos avançados com forças de vigilância fronteira; de controle, de proporção impenetrável e também para proteger o território nacional contra invasão. Todavia, essas fronteiras estão relacionadas, atualmente, à delimitação socioterritorial e espacial do Estado moderno que se estabelecem como instrumentos de poder político dos Estados nacionais⁷. Isso facilita que o Estado proteja as suas soberanias e tenha controle sobre o limite territorial que está em jogo.

5 Redon, 2010, p. 310.

6 Gottmann, 1966, p. 1763.

7 Raffestin, 1993, p. 167.

Nessa perspectiva, a complexidade de empreender a soberania adequada sob os territórios dos estados contemporâneos, com as crises das identidades nacionais, traz à desconstrução das ideias de Estado, território e nação. Em relação a essa estrutura da fronteira constituída nos territórios e estados nacionais, as fronteiras são consequências das ações políticas que se produzem na metrópole, na capital dos estados nacionais e também na própria região da fronteira. Assim ainda, a revitalização de sua peculiaridade diversificadora referiu-se o reconhecimento de outras categorias de processos políticos em seu estabelecimento, como amizade e negociação com diferentes agentes promovidos na fronteira⁸.

Com o objetivo e a proteção do limite territorial do Estado ou de um domínio territorial que se deparam na competência da alta política, as fronteiras vinculam-se ao domínio das populações. Mas, a demarcação jurídica do território é uma inversão construída e que é apoiada para a ação institucional na essência de controle legítimo do Estado territorial, é um dispositivo de fragmentação entre unidades políticas soberanas. Porém, as populações transfronteiras podem se ampliar para além da demarcação jurídica do Estado nacional, desafiando as leis territoriais de cada Estado circunvizinho e gerando uma condição efetiva, eminentemente provocadora, colocando os Estados numa obrigação de revisão de alguns tratados internacionais e diplomáticos já assinados⁹.

E, compreender a ação do Estado territorial continua fundamental, mas é preciso ir além do Estado Westphaliano – um território de exercício do poder do Estado, cercado por fronteiras claramente demarcadas onde vigora um regime jurídico-político –, para compreender o território usado e praticado¹⁰ que é produzido cotidianamente “por abaixo”¹¹ da fronteira formal, usada como uma arena onde condições de todas as ordens, a despeito de sua força, independentemente de sua força desigual, atribuem à criação de condições, ou seja, todas as trocas – de mercadorias, de ideias, de pessoas, de informações – que autorizam solidariedades locais, mas que não se inscrevem no campo do formal. Nesse contexto, a interligação dos territórios pode ser feita através das interações espaciais que facilitam as assimilações dos fluxos (de mercadorias, de pessoas, capital) determinando os lugares promotores desses fluxos e mostrando os principais pontos de receptores dentro de uma determinada parte do espaço territorial¹².

Além disso, a ação de nivelamento espacial e integração reproduzem o crescimento de Estado para Estado e aumenta incessantemente os laços de relações políticas e econômicas entre si. Ao ganhar em consideração como um valor político, o território se tornou uma influência cada vez mais relevante e também funciona como uma medida do poder político pelos Estados. Enquanto houver competição

8 Hevilla e Zusman, 2008.

9 Machado, 2000, p. 9.

10 Ribeiro, 2005, p.12458; Silveira, 2011, p. 5.

11 Jaquet, 2010, p. 57-60.

12 Corrêa, 1997, p. 279.

política, os Estados mais fracos tentam igualar-se aos mais poderosos. Traduzido para o nível territorial, é a partir daí que surge o conflito pela integração espacial¹³.

Assim, é essencial possuir uma ligação entre o território político e a noção de território usado. Também, é necessário enquadrar no contexto político-administrativo no período contemporâneo, vendo que o território político-jurídico se institui às simetrias internacionais de forma irrefutável. Enquanto o território usado, permite verificar as divergências qualitativas e quantitativas na organização das atividades materiais e ações dos indivíduos, o que geralmente resulta em uma integração e divisão territorial específica dos lugares, esta, também uma das características assertiva que mostra que o território usado se produz nos lugares¹⁴, acarretando, ainda, uma possível divisão territorial de trabalho que pode concretizar por meio de um processo de integração territorial entre os Estados¹⁵.

No cenário atual, o Estado territorial se disseminou pelo mundo inteiro. Todavia, há profundas desigualdades na execução da soberania entre os Estados, na difusão pelo cumprimento do poder, tanto no interior dos territórios, na relação de Estado e cidadão, quanto nas relações interestatais¹⁶. Nesse caso, o Estado detém o monopólio do controle sobre o espaço até o limite da fronteira territorial. Sendo assim, o Estado toma sua feição moderna, nacional e internacional. Essa superação do particularismo é importante para o domínio capitalista, pois fundamenta-se a emergência do capital nacional. Porém, o Estado pressupõe a individualidade da soberania sobre todos os lugares sob sua jurisdição e sua delimitação da formação territorial do espaço. No entendimento Porto¹⁷, o Estado moderno tendo como uma de suas particularidades a detenção do uso legítimo da força de forma monopolizada, pensando que a palavra monopólio se relaciona à administração de escassez, que por sua vez traz a idéia de tensão, disputa, conflito, e também busca de hegemonia e dominação sobre o território, já o que se disputa no jogo de violência é o poder (e o controle sobre a população e sobre o limite territorial contra a força externa).

Nesse sentido, a informação de promover o estabelecimento de novos limites territoriais, mais indeterminados, que coincidam com uma territorialidade recomposta a diferentes esferas espaciais, inclusive ao nível local à escala regional e mundial. No período contemporâneo, a evolução do conceito de fronteiras é essencial para a disparidade, e também a simplificação da evolução dos conceitos de cidadania, identidade, lealdade nacional, exclusão e integração social¹⁸. Posto a forte complexidade que envolve na relação comercial das fronteiras, as conjunturas marcadas da ilegalidade assim como o tempo e espaço geopolítico são completamente diferenciadas, ao prevalecer a complexidade do papel do território que constrange

13 Ratzel, 2011, p.154; Carou e Lois, 2014, p. 48.

14 Silva, 2013, p. 1282.

15 Carneiro, 2008, p. 2, realça que o processo da integração territorial no período da globalização pode ser considerado como uma dimensão internacional da integração que supõe levar em conta a intensidade e a qualidade da articulação produtiva e comercial intra-regional.

16 Cataia, 2011, p.116.

17 Porto, 2000, p. 312.

18 Moudden, 2006, p.10.

e influencia o comportamento das pessoas e das organizações as quais permanecem, porém, essas complexidades dos caminhos traçados pelos circuitos não são obrigatoriamente um reflexo da complicação dos circuitos espaciais¹⁹, mas, põe em práticas a complexidade de território e a região de fronteira, o que será discutido no tópico seguinte.

Fronteira territorial como lugar de disputas e de interatividade

Na evolução de técnica e no âmbito do espaço territorial, em tempos e sociedades distintas, percebe-se que as transfigurações do sistema capitalista, fundamentadas de uma extensiva de fronteira que, por sua vez, considerada como um conjunto de lugar de funcionamento intensificado de disputas derivadas do poder de controle de soberanias forçadas pela mobilização imprescindível do trabalho da aglomeração e com suas consequências produtivas²⁰. No que tange à concepção da zona de fronteira, é representada pelas interações as quais, ainda internacionais, geram um meio geográfico específico de fronteira, que é exclusivamente acessível na escala local, regional e nacional²¹.

Sendo, ainda, que a fronteira ocupa uma função importante para a dinamização e movimentação de fluxo de pessoas e de cargas de mercadorias. Portanto, a área de fronteira que liga os Estados representa um lugar estratégico para os dois países os quais são historicamente desiguais. Todavia, a via de transporte é praticamente um meio natural no exercício de intercâmbio entre o Haiti e a República Dominicana. Tendo em vista que a região de fronteira internacional²² pode ser apresentada como uma posição geográfica singular. Portanto, ela é determinada como um lugar de interatividade, de encontro, de conflitos, de comunicação, e também onde ocorre um conjunto de sistemas territoriais assimétricos, de nacionalidades e de culturais diferentes dentre de um determinado espaço territorial e de interações socioespaciais.

Por meio dessas interações socioespaciais, das relações econômicas e políticas estabelecidas entre os Estados, a fronteira passa existir e ter vida, funciona como um espaço permeável, membranoso, poroso, possibilitando o trânsito de diferentes componentes, presenteando uma feição categoricamente seletiva, pois é da natureza da fronteira que faz com que ela ocorra a passagem ou de interdição, o fluxo de movimento de pessoas, de troca de informação, de ideias, e pode ser interferindo

19 Machado, 2000, p.11.

20 Mezzadra, 2016, p. 47.

21 Moudden, 2006, p.139, aponta que a escala estatal, nacional ou internacional, desempenha um controle exclusivo, legal sobre o território relatado em uma jurisdição. Uma escala que contém e abrange nas regiões internas, e também periféricas, freqüentemente para continuar no outro lado da fronteira.

22 Machado, 2005, p. 10, observa-se que a conceituação de fronteira internacional considerada como um lugar de encontro, de comunicação, integração e de conflito, provendo do princípio do qual está na existência de nacionalidades diferentes e de sistemas territoriais singulares (excêntricos).

numa esfera de comunicação, com a eventualidade de ruídos, estados de consciência, de substâncias, de objetos.

Desse modo, essa área de fronteira, devido ao meio técnico-científico-informacional possibilita uma extensão da região de fronteira entre territórios, visto que essas áreas tornam-se mais porosas e podem ser instruídas à divisão territorial do trabalho, já que as interações espaciais aparecem a locais distantes do território, e, portanto, não se limitam às áreas de fronteira²³.

As áreas de fronteira se tornam ainda mais porosas, isso não se deve pelas relações interestatais estabelecidas, contudo [...], com suas fronteiras obviamente delimitadas, também pelo motivo de disputas econômicas caracterizada pela globalização, que necessariamente aumentou a relevância dos fluxos de capitais e das redes transnacionais que não são controladas pelos Estados nacionais²⁴. Percebe-se que, nas ações de cruzamento dessas áreas, essas condições representam a movimentações que possuem lugares que ocorrem às descontinuidades de fronteiras e também às intenções de reduzir essas descontinuidades, ainda de usar o poder simbólico fronteiriço para dar visibilidade às disputas do lugar²⁵; que essas delimitações revelam sobre as relações de poder e as formas de produções, as fronteiras reverberam essas conexões, visto que a demarcação consolidada se torna mais ideológica e legítima territorialmente as relações de poder, por ser interferida nas relações entre os indivíduos²⁶.

Como a fronteira é gradualmente diversificada, a mesma considerada as distinções nos níveis de desenvolvimento, assim, a abertura das fronteiras afeta a irradiação de uma economia de serviços, situação que fez o comércio se tornar a atividade primária, ou seja, a dinâmica que condiciona o restante dos setores e proporciona as cotas mais altas de renda e empregos. Conseqüentemente, a vida urbana também prevalece, o que em alguns lugares como no norte e no sul, influencia o surgimento de pequenas cidades que atuam como enclaves de serviços que fazem com que essas populações mantenham as interações nas áreas de fronteira²⁷.

Tais interações na área de fronteira permitem que as aglomerações transfronteiriças estejam em duplo jogo recorrente de colaboração e individuação. Mas mostra ainda mais como a fronteira é transformada em um recurso. Portanto, um recurso simbólico que possibilita colaborar sem dissolver as identidades locais em um conjunto extensivo. De outro lado, um recurso funcional a partir do qual os espaços rebaixados da periferia são desqualificados. Esse recurso também está articulado em práticas sociais, culturais e de interatividades²⁸. Sendo possível entender que as fronteiras podem ser determinadas como instituições territorializadas, aplicando em escalas distintas que nem a todo o momento são complementares. No contexto

23 Machado, 2005, p.12.

24 Cataia, 2013, p. 69.

25 Dorfman e Cardin, 2014, p. 32.

26 Raffestin, 1993, p. 165.

27 Alfonso, 2010, p. 22.

28 Amilhat-Szary e Fourny, 2006, p. 18.

de escala local e regional, as práticas sociais se modificam em conformidade com a abertura da fronteira, às vezes pelas barreiras, pelos recursos, na medida em que o Estado lhes concede. Portanto, a presença da delimitação é um aspecto de diferenciação de identidades, culturas opostas, linguagens e de comportamentos.

Em relação disso, as interações espaciais podem ser pensadas como uma parte integrante da existência de reprodução e de processos de transformação social, de deslocamento de pessoas, de mercadorias, de capital e, de informação no espaço, em conformidade com a informação do espaço geográfico e do território²⁹. Portanto, esse território não é apenas um recurso à força e à violência, já que também envolve legitimação do domínio e de poder praticados, o que redundará em formas jurídicas de reconhecimento do direito de soberania interna e externamente do espaço. Isso faz com que esse território seja uma construção política que deve reiterar por meio de pactos e de disputas sociais³⁰. Com base nisso, pode afirmar que o território delimitado é uma matriz da legitimidade espacial do direito estatal estabelecido por princípios e normas jurídicas apropriadas em limite dessas jurisdições apesar de que, em diversos períodos históricos que antecedam o Estado, havia intenções de consolidar a fronteira entre duas populações completamente distintas por meio de uma transformação do espaço geográfico³¹.

No âmbito dessa análise, o território é cogitado como uma forma de mediador entre o indivíduo e a experiência, um filtro, um sistema que impõe, como um processo coletivo de proximidade, sua expertise e seus constrangimentos para os indivíduos. Todavia, o território constitui, assim, as suas regras que provisoriamente satisfazem a eficácia social da vida de suas organizações e redes. Portanto, a norma possibilita a regulação, convenção e evita por um tempo a guerra de todos contra todos. Contudo, a norma é uma vantagem e uma restrição, e, por esse motivo, tais práticas estão presentes para lembrar a relevância moral e dos costumes do lugar. Assim, esses hábitos de interação resultam de uma identidade afirmada pelos atores e do lugar³².

Convém lembrar que a área de fronteira é imposta como uma forma jurídica por ser imposta ao território uma representação. No entanto, essa representação não é natural, mas é social e histórica, porque as normas envolvem das controversas sociais, por serem representadas outros territórios. Assim, instituindo uma linha de demarcação para identificar onde começa um e termina o território de outro, ou seja, para determinar o lugar onde termina um sistema jurídico e começa outro. Todavia, a fronteira, por sua vez, representa um elemento técnico da configuração territorial. Para contribuir à compreensão de fluxo de movimentação e de informação na fronteira³³, além disso, o território das regiões justapõe-se um território das redes.

29 Corrêa, 1997, p. 280.

30 Moraes, 2005, p. 81.

31 Ferrari, 2014, p. 12.

32 Kherdjemil et al., 1998, p. 75.

33 Cataia, 2013, p. 70.

Por meio de configuração territorial, o processo de fortalecimento e atravessamento da fronteira, pode ocorrer em um momento em que um conjunto de práticas de subjetividade pode entrar em conflito com as funções de regulamento dos fluxos de desenvolvidos pela fronteira, questionando desse equilíbrio específico que é objetivo de um sistema de controle de fronteira entre os dois Estados. Porém, a proliferação e a heterogeneidade das fronteiras no período da globalização colocam em crise uma diversificação entre interno e externo que são os componentes centrais da política e do direito internacional atual³⁴. Portanto, essa crise no modelo de Estado representa-se na limitação da eficiência das grandes instâncias de regulação mundial, a ampliação das desigualdades em todos os níveis e em todos os lugares, a velocidade da informação subvertendo os mercados mundiais. Ao dizer que as fronteiras se abrem com os produtos e se fecham com aos homens, aumentando a impossibilidade do funcionamento do território em toda parte com implicações diretas sobre a sobrevivência dos indivíduos.

Zonas Fronteiriças: Lugar do Poder de Controle Geoestratégico e Articulação do Território Nacional

A identidade da área transfronteira que é um a priori que diferencia da fronteira em relação ao *hinterland* o qual é geralmente um espaço consolidado do Estado territorial e nacional. Portanto, a fronteira caracteriza-se como um lugar das oportunidades em contradição aos espaços que já foram adaptados e organizacionalmente obstinados à mobilidade. Nesse contexto, essas áreas de fronteiras, apesar de serem apresentadas as singularidades, foram tomadas como uma esfera e um produto de um conjunto de interações imateriais e materiais constituídas entre as fronteiras, e podem ser entendidas, além dos aspectos dos sujeitos com identidades diversificadas e interações entre as duas populações³⁵.

Posto isso, essas interações espaciais transfronteiriças não se envolvem exclusivamente no objetivo econômico, elas são fundadas por meio de um conjunto de interações materiais e imateriais, tais como identitárias, simbólicas e culturais. Essas zonas transfronteiras são geralmente relacionadas umas às outras efetivamente visto que elas são determinadas por sujeitos que em suas práticas cotidianas influenciam de modo relacional dentro de um complexo socioterritorial e espacial onde participam de duas áreas da delimitação internacional³⁶. Assim, os aspectos materiais e visíveis de um lugar carregam todas as marcas culturais e costumeiras do território. Este último ainda estrutura seu espaço físico em função de seus próprios imperativos, nos quais as práticas econômicas, a cultura e em relações do lugar estão interligados.

34 Mezzadra, 2015, p. 21.

35 Machado, 2005, p. 10.

36 Machado, 2005, p. 7.

Em decorrência desse paradigma, a abertura e o fechamento da fronteira permitem a circulação de informação por meio de movimentação de um para outro lado da fronteira. Desse modo, as interações espaciais e territoriais envolvem na fronteira, além das ordens de compras e vendas de matéria-prima, bens intermediários e de produtos industrializados gerados pela força de trabalho. Compreendem, também, os fluxos de mercadorias transportados por diferentes meios, como caminhões, e os fluxos de pessoas que circulam de um lado para outro da fronteira, ao estabelecerem relações de trocas comerciais entre as duas populações que estão nas zonas transfronteiriças.

Além disso, essas regiões de fronteira são geralmente compostas pelas faixas territoriais, representadas de cada lado dos limites internacionais, que são geralmente definidas pelas interações, constituem um meio geográfico particular de fronteira, exclusivamente nítido na escala local, regional e nacional de interações transfronteiriças.

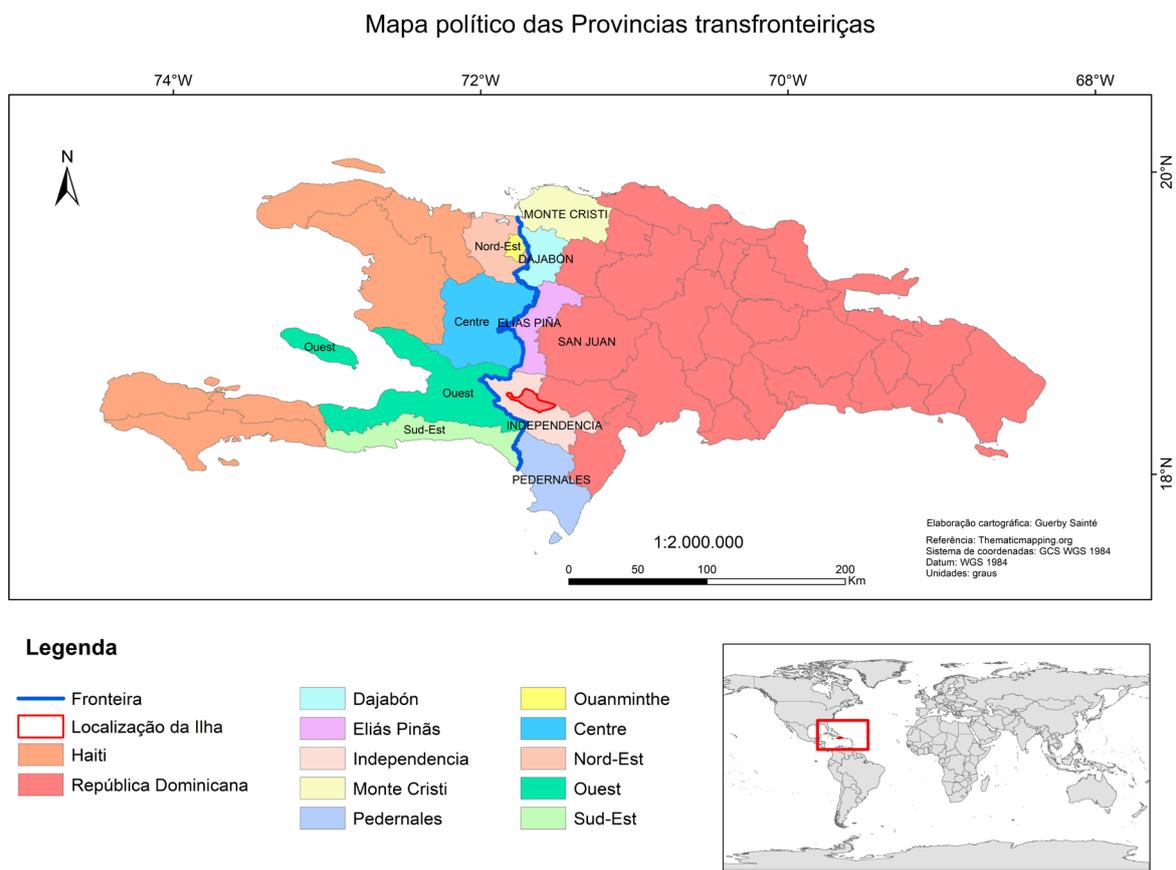


Figura 2. Mapa político dos principais municípios/províncias transfronteiriços do Haiti e República Dominicana (2019)
Fonte: Thematicpping.org (2019). Elaboração: Guerby Sainte (2019)

Essa zona estabelece uma rede que liga os territórios. Isso implica, antes de tudo, compreender as redes e as interações locais. É de soma importância de se entender as interações espaciais no âmbito das redes, visto que, é por meio de redes geográficas, quer dizer, localizações vinculadas entre si por vias e por diversos tipos de

fluxos³⁷. Tal categoria, se trata de uma cidade na fronteira política, e em particular, das cidades gêmeas, implicando múltiplas entradas e constantes relações políticas bilaterais, conforme mencionado na figura 2 diferindo os principais municípios transfronteiriços.

Em certa medida, a fronteira não é uma coisa, na verdade, mantém uma relação social mediada pelas coisas. Isso quer dizer que as fronteiras são instituições sociais complexas, que, às vezes, são marcadas por conflitos que se desenvolvem entre práticas de atravessamento e de fortalecimento³⁸. Sendo que no decorrer de sua importância de mobilidade de pessoas por atravessar fronteiras, há uma mobilidade relevante nas dinâmicas de fronteiras, isto é, não é apenas dos objetos em trânsito, mas também dos atores políticos globais, dos Estados, das agências de governança e do capital.

Em decorrência disso, a filtragem e a seleção dos fluxos de pessoas, de trabalho, das mercadorias e das informações que se dão nas fronteiras são importantes para todos os atores. Desse ponto de vista, o que é verdadeiro na representação analítica centrada em torno de duas polaridades de atravessamento e fortalecimento das áreas de fronteiras é que possibilita elucidar o campo de disputas que determinam coincidentemente as instituições de fronteira. Assim, por meio da produção de subjetividade, a fronteira está sempre presente dentro desses conflitos. É nesse contexto que se percebe que a inter-relação entre as disputas construtivas de cada área de fronteiras e a reprodução de subjetividade. Isso reflete a situação da fronteira entre o Haiti e a República Dominicana, que sempre está sob o controle da força armada dominicana³⁹.

A percepção da fronteira é, portanto, constituída por seus próprios bloqueios sincrônicos e limitações à liberdade de trocas comerciais e de circulação de fluxo de pessoas, de ambos os lados, e determinada por uma sensação de incompletude. Assim, essa tipologia de cidades-gêmeas entre o Haiti e República Dominicana, baseia-se, ao mesmo tempo, na vitalidade econômica da zona e na intensidade de sua cooperação nas trocas comerciais entre os municípios.

Essas interações espaciais permitem que essas cidades, pela troca de comércio transfronteiriço, promovam uma mudança nas zonas fronteiriças em uma área de conexão, de interações e de cooperação entre as economias insulares de dois Estados. Ademais, também facilitam a abertura e o fechamento das fronteiras devido ao movimento populacional que o atravessa, de modo que grande parte das pessoas que se desloca e não voltam ao Haiti, como se constata na figura 3.

Embora enfatizando que essa agenda de fronteira passou a ser restringida à relação geopolítica binacional em 1936 a 1990, cujos sinais podem variar em função dos governos e os fluxos migratórios, severamente controlados por ambos os Estados e em particular por cúspides militares. Dessa forma, a inquisição de segurança

37 Corrêa, 1997, p. 306.

38 Mezzadra, 2015, p. 20.

39 Mezzadra, 2015, p. 20.

ocupou um papel predominante qualitativo e quantitativamente. Essa agenda passa a ser aumentada devido à abertura do conteúdo econômico, enquanto a segurança começa a se relacionar mais com as novas questões de tráfico de drogas e terrorismo, em conexão direta com a falência das instituições militares e paramilitares do Haiti⁴⁰.

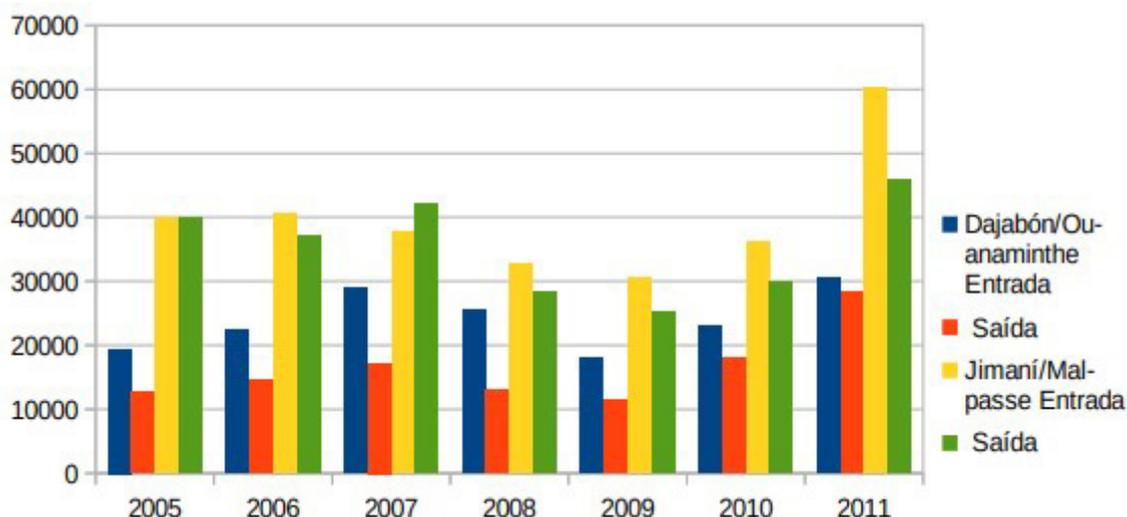


Figura 3. Fluxos de pessoas que atravessam aos dois principais postos fronteiriços do Haiti e da República Dominicana

Fonte: CFI-Centre de Facilitation des Investissements, 2016. Elaboração: Guerby Sainté (2019)

Ao afirmar que nas diversas relações constituídas nas áreas de fronteira, as atividades comerciais ilícitas e ilegais, informais (tais como de drogas, e outros tipos de mercadorias), estão vinculadas às práticas de lavagens de dinheiro e de contrabando, instituem como um modelo simbólico. Essas atividades não são movimentadas nos diferentes padrões de redes. Portanto, esses tipos de comércios ilícitos possuem uma particularidade de atividades transnacionais, funcionando em uma escala global, porém os seus lucros baseiam-se no risco que caracterizam nas distinções de normatizações/legislações e no controle das delimitações de cada Estado. Assim, o comércio de dinheiro, tais como as moedas, papel ou crédito compartilham de igual ambivalência a de fortalecer as vantagens, ao efetivar de modo transnacional e, concomitantemente, de se beneficiar das diferenças jurídico-político-econômicas entre os Estados circunvizinhos⁴¹.

Nessa perspectiva, o que é normalmente conhecido como as consequências das áreas de fronteira derivada das distorções dos fluxos produzidos nas delimitações justapostas num determinado espaço. Tais fluxos gerados pelas fronteiras podem ser interrompidos em caso de fechamento das fronteiras, que foi encorajado pelo processo de exploração diferencial produzido (contrabando). Posto isso, mostra-se que em relação a qualquer norma estabelecida, os limites espaciais permanecem como uma capacidade de transgressão do perímetro imposto. Desse fato, a transformação

40 Alfonso, 2010, p. 22.

41 Machado, 1998, p. 48.

do *status* da zona de fronteira inquire ainda de novas vinculações com os territórios e sua capacidade reproduzir espaços.

Todavia, o Estado passa a gerir e o controle estabelecido dentro o limite dessa jurisdição do território. Assim, a faixa de fronteira é construída com as visões bem definidas no decorrer da história política tanto entre os Estados nacionais e a delimitação de soberania do poder central quanto do espaço vivido e das interações entre populações nas áreas de fronteiras⁴². Já que com o processo de abertura e fechamento da fronteira, o fluxo de pessoas, sobretudo a população haitiana que atravessam a fronteira é descontrolada. Nesse contexto, a significação da agenda de preservação dos pontos básicos de fronteira, ou seja, de segurança, de investimento, de migração, de comércio, e do meio ambiente, dando ênfase de variações em oposição ao interesse das inquisições geopolíticas, estratégicas e comerciais entre os territórios de dois Estados⁴³.

Nesse contexto, os territórios surgem e que revelam-se as disputas entre lugares centrais e periféricos, espaços públicos e privados que exercem as mercadorias ilegais e legais e põem em inquisição os pensamentos extensamente apresentados no qual as fronteiras espaciais e sociais de um Estado, o organizador, são lugares de desordens onde o Estado rivaliza os problemas para constituir a normas de condutas e ao disciplinar os costumes e usos⁴⁴. Todavia, a fronteira gera sob o controle das agências de vigilância da República Dominicana. Dado a isso, a ampliação e a modificação das fronteiras, no período atual, passam a induzir os efeitos a respeito das transformações dos processos de inclusão e exclusão da população das margens da fronteira⁴⁵.

Sendo assim, os limites do território constituem a pontos produtivos para compreender o Estado, em razão de que são as fronteiras que simbólica e fisicamente indicam o seu limite de atuação primário. Sendo ainda que a separação política e étnica e moral e entre o Estado central e suas margens de fronteira se atribui a periferia de uma importância ideológica, de um valor estratégico e político, o que obriga o Estado nacional sempre em mobilidade de reconstrução. Nas delimitações internacionais, o Estado promove um impulso para impor o controle do monopólio legítimo da força porque as fronteiras detêm um valor estratégico nas esferas políticas, ideológicas e econômicas⁴⁶.

É no âmbito dessas normas estabelecidas, que as fronteiras não representam um lugar onde o poder dos Estados se esmorece no qual se torna menos estruturado, menos racional, disfuncional ou quase não existir. Para o Estado, as áreas de fronteiras simbolizam e são efetivamente os limites do território de controle do Estado. Como as zonas de fronteiras concomitantemente são lugares onde a natureza as

42 Ferrari, 2014, p. 23.

43 Alfonso, 2016, p. 24.

44 Dorfman, 2014, p. 33.

45 Mezzadra, 2015, p. 12.

46 Dorfman e Cardin, 2014, p. 33.

peças fronteiriças são incontroladas, facilitam os Estados de incorporar suas formas nas produções das leis no âmbito de gerar os limites territoriais⁴⁷.

Uma luta de fronteira ocorre quando um conjunto de práticas de subjetivação entra em conflito com as funções de regulação dos fluxos desenvolvidas pela fronteira, questionando o específico “equilíbrio” entre atravessamento e fortalecimento, que é o objetivo do sistema de controle daquela fronteira⁴⁸. Porém, a função de controle da fronteira se concentra na mobilidade de pessoas por meio de uma política de vistos e de uma ausência de acordos de reconhecimento. Os regulamentos exclusivos de facilitação podem ser oferecidos para as populações transfronteiriças. Da mesma forma, relaciona-se às ideias de que o surgimento de Estados-nação no século XXI foi associado pela formação das políticas culturais que fragmentaram a área fluída, como foi observado no caso da fronteira do Haiti e a República Dominicana.

É possível notar que a diversificação e reestruturação econômica da República Dominicana teve outro efeito importante na abertura da fronteira. Nesse caso, a migração de haitianos poderia ser uma atividade centralizada. Conforme os acordos instituídos entre os dois governos, fazem com que os trabalhadores haitianos fossem transportados de ônibus e caminhões de vários pontos de fronteira para exercer atividades na República Dominicana. Mas quando a demanda pelo trabalho haitiano começou a ser gerada a partir de diversos setores econômicos e de uma infinidade de pontos geográficos (urbano e rural), o fluxo migratório também se diversificou, seja individualmente ou através de contratantes privados.

No período contemporâneo, a fronteira é ainda mais instrumentalizada quanto o Estado é recente, apresenta alta coesão interna ou mantém disputas territoriais com os países vizinhos. Essas delimitações externas funcionam como um forte potencial ou ativo, com um papel estratégico-militar central, possui um valor constitutivo para um Estado que quer ser soberano, o qual precisa ter limites bem construídos e guardados, que a identidade nacional em construção requer um alto nível de segurança emocional e contribuinte à preservação do Estado, como observamos no caso do Haiti e da República Dominicana⁴⁹. Assim, vem acontecer uma disputa na fronteira no momento em que um conjunto de práticas comerciais entram em divergência com as funções de regulamentação dos fluxos de pessoas e de mercadorias que envolvem nas áreas de fronteiras, interrogando as particularidades equilibradas entre fortalecimento e atravessamento, objetivando do sistema de controle da fronteira entre os dois Estados.

A vontade política das autoridades dominicanas por serem ansiosas para delimitar o seu território nacional, mantém a onipresença militar no limite fronteiriço criando uma impressão de sacralidade do território, ou seja, a separação, no sentido literal conceito. O que afirmamos durante as visitas técnicas, é que as rodovias que levam ao território haitiano são marcadas por um conjunto de postos militares, gru-

47 Dorfman e Cardin, 2014, p. 33.

48 Mezzadra, 2015, p. 21.

49 Moudden, 2006, p. 78.

po de para-choque de grande porte e por barreiras removíveis⁵⁰. A cada intervalo de 3 km ou 5 km os ônibus têm que parar para que os militares subam para eventual verificação dos documentos. Portanto, essa verificação começa no início na entrada do portão, antes de chegar ao serviço da migração dominicana. Conforme mostra no (figura 4), no qual representa a checagem dos documentos pelos militares dominicanos nas estradas que levam para o território haitiano.

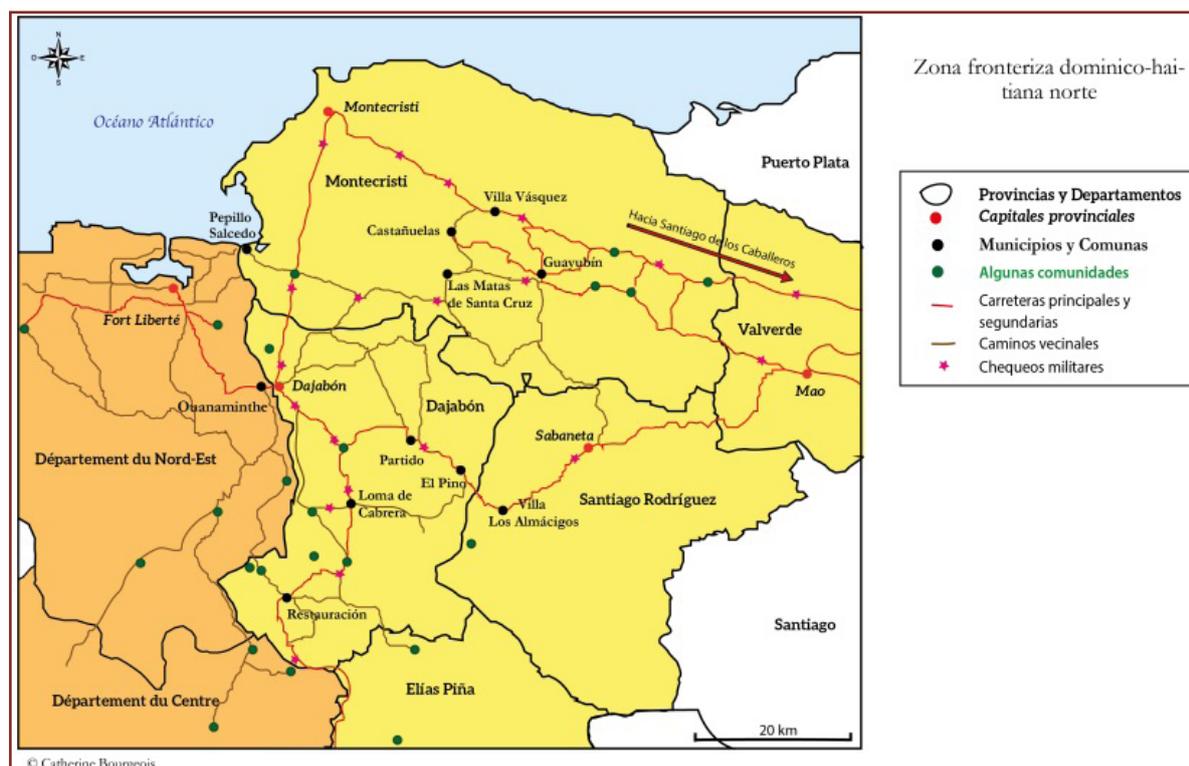


Figura 4. A fronteira dominicano-haitiana (2018)

Fonte: Bourgeois (2018)

A questão de fronteira que vem sendo destacada é muitas vezes um lugar de apropriação entre os juntos de mobilidade de fluxos de pessoas, trabalhos, incluindo econômicos. Sendo ainda no período contemporâneo, a demarcação política e a região socioeconômica, o lugar de prática das funções de soberania estatal e do jogo do mercado e as práticas de atividades da sociedade, em suma o Estado e a sociedade. Portanto, essas funções de controle não podem ser mais efetuadas na parte externa, mas nos portos de entrada, que são os aeroportos, cruzadas/travessias terrestres que são representadas como as barreiras das redes mundiais.

No que se refere à fronteira entre o Haiti e a República Dominicana, observando que as iconografias que se enfrentam, de um lado, apontando com um desequilíbrio em interesse da ostensiva da República Dominicana. Essa desproporção iconográfica se representa na escala da ilha, e é representada por uma disparidade da mão de obra militar, que é o exército dominicano, o qual possui cerca de 40.000 membros,

50 Redon, 2010, p. 310.

(incluindo 24.500 soldados regulares e 15.000 paramilitares). De outro lado, o Haiti que dissolveu seu exército em 1995. A ausência, de fato, da ameaça militar haitiana poderia ter levado à desmilitarização no lado dominicano, mas ocorre o fenômeno oposto, que na prática, Corpo Especializado em Segurança de Fronteiras (CESFRONT), foi constituído por meio de um decreto em agosto de 2006; composto por 500 soldados e, possuindo, 3 helicópteros para assegurar suas intervenções e para ter melhor controle sobre os fluxos de comércio em contrabando e dos haitianos que entram ilegalmente no território dominicano⁵¹.

Convém lembrar que esses tipos de controle estabelecidos na fronteira pelo exército dominicano destinam-se a restringir o movimento dos haitianos no seu território. Toda vez, dois soldados e também acompanhados por um policial, monitoram esses controles delimitados por barreiras de entrada que fazem a checagem dos militares. Além disso, possuem pequenas guaritas que estão posicionadas ao lado da estrada, de vezes em quando há uma cela de poucos metros quadrados para viajantes ilegais.

Quando os veículos se aproximam de um posto de controle, os militares sobem nos carros ou veículos e verificam alguns documentos de passageiros que provavelmente pensam serem ilegais, depois descem os ônibus, assim por diante. As metodologias empregadas para determinar quem monitorar fazem partir ao campo dos sinais externos de assimetria. É de conhecimento geral que o entendimento temporal se expande no que se refere ao uso de tecnologias de controle e do Estado sobre os territórios nacionais que, portanto, diferenciadas a temática do limite territorial, das clivagens sociais e étnicas e da hierarquização na correlação com a barreira e as porosidades das áreas de fronteira.

No contexto atual, observando que as barreiras visíveis de controle e de filtragem de pessoas (como no caso do Haiti e da República Dominicana), os pontos de atravessamento de vários capitais através de mercadorias, alcançam e formam arquipélagos de diferentes lugares, zonas diversificadas e redes de cidades no território nacional que exteriorizam de forma disseminada de novas soberanias cruzadas e de novas reterritorializações e recíprocas. É possível ressaltar que em relação às geopolíticas dos Estados. Assim, a questão da segurança nacional, especialmente para os países do centro do sistema capitalista que estabelecem as forças militares no outro país, é considerar como um assunto, sobretudo para os países do centro do sistema que mantêm exércitos no exterior, permanece como uma questão impressionante⁵².

Percebe-se que esse modelo é aplicável devido à porosidade das fronteiras para uma ação racional da globalização econômica, e por outro lado, essas fronteiras devem ser rígidas para garantir a defesa/segurança nacional. É nesse contexto que essa representação da porosidade aparece como um padrão e também se refere à função das fronteiras como um filtro que pode deter certos fluxos de mercadorias ou pessoas e também deixar passar outros elementos na fronteira.

51 Redon, 2010, p. 311.

52 Cataia, 2013, p. 69.

Assim, é importante afirmar que as falhas militares e iconográficas ocasionam as omissões nas práticas da violência física legítima no lado haitiano, enquanto a corrupção é confirmada no lado dominicano. Contudo, a organização política de natureza institucional não poderia efetivar o monopólio da violência e se impõe às leis através do funcionamento do judiciário, da polícia e do exército visto que o Estado não desempenha a sua função. Isto posto que as áreas de fronteira decorram em princípios de arbitrariedade⁵³; ainda que no cenário atual, incorpora-se ao entendimento de fronteira novos componentes, além dos aspectos geopolíticos, contando que a relevância das atividades de fronteira esteja baseada na economia política dos territórios estatais.

Tais práticas podem ser enfraquecer ou incentivar os fluxos. Por esse motivo, a atribuição do território usado pode ser explicada pelos fluxos e de porosidades das fronteiras, portanto, os fluxos migratórios estão condicionados à divisão territorial do trabalho. Ainda assim, a fronteira política é um elemento vivo neste processo⁵⁴.

Ainda que esses múltiplos controles e obstáculos que podem ser encarados nas zonas de fronteiras onde a mobilidade transfronteiriça é altamente espontânea nas diversas áreas, tanto nas populações quanto nas cidades. Apesar disso, os efeitos encontram-se amplamente complexos quando as pessoas precisam deixar a zona de fronteira ou passam por estradas que conduzem em diferentes áreas do território nacional. Observa-se a diferentes pontos de estradas e em cruzamentos que estão presentes nos diversos postos de controle militar.

Com base desta análise, as concepções e decisões do Estado podem se materializar por meio da exibição dos atributos nacionais em suas ferramentas de repressão e fiscalização nas leis que se destinam a regularizar as atividades de fronteira. Portanto, as estruturas físicas da fronteira se propõem facilitar o combate e o controle das atuações das populações que por justificativos diferentes que remetem a própria legitimidade do Estado nacional em jogo⁵⁵.

Assim sendo, no contexto de regulação do comportamento da fronteira, o controle dos fluxos migratórios e de mercadoria parece enigmático, é realmente equilíbrio e frequentemente reiterado entre legalidade, corrupção, necessidade e arbitrariedade⁵⁶. Portanto, a implicação política pode ser reforçada pela modernização da noção de Estado, no qual a soberania nacional vincula-se a um processo absoluto de territorialidade. Assim, o poder legítimo de uso da força física, é uma capacidade exclusiva forjada pelas normas de trocas sociais reprodutivas pelos impostos e pela moeda, dando a capacidade de estruturar de forma singular, as formas de comunicação, as quais são componentes importantes, correspondendo ao território cujo controle efetivo é exercido pelo estado territorial, ou seja, pelo poder central⁵⁷.

53 Redon, 2010, p. 311.

54 Silva, 2013, p. 1285.

55 Dorfman e Cardin, 2014, p. 33.

56 Redon, 2010, p. 312.

57 Machado, 1998, p. 42.

Além dessas aspirações no âmbito de controlar o território, essa área de fronteira não é exclusivamente representada por uma delimitação de território nacional, sendo, também, um local de interatividade. Portanto, o espaço territorial exibido no posto de controle pelo serviço aduaneiro que tem o principal agente para controlar o fluxo cotidiano de relações e trocas econômicas, que estão presentes para cobrar os impostos sobre os diferentes elementos que cruzam as áreas de fronteira⁵⁸. Além disso, há exigência de enriquecer essa questão em relação às dinâmicas atuais, que se dá a partir das estratégias cotidianas dos moradores das margens, no mínimo quando é admissível atravessá-la, por meio de um trabalho reintegrado, que nas estratégias de acesso a esses produtos, é menos tributado outro lado ou para residências menos caras. Estimulando por explorar as diferenças de salários, preços e rendimentos, de acordo com as leis em vigor pelos dois Estados, no objetivo de estabelecer o controle da soberania nacional.

Dinâmica de intercâmbios comerciais via os portos fronteiriços entre os dois países

A análise da dinâmica econômica das relações comerciais entre o Haiti e a República Dominicana que transitam por meio dos portos fronteiriços, segundo o estudo de Machado⁵⁹, o domínio e a expansão de redes de intercâmbio e de poder de Estados, de organizações ou empresas inferem um processo de integração de espaços políticos ou simbólicos e econômicos, que de fato, não exclusivamente do espaço geográfico no contexto de incorporação de territórios que cabem a outros Estados. Isso posto que a estabilidade, ou seja, econômica ou política é destinada como eventualidade, não como caracterização/definição. Desse modo, essas condições de instabilidade e não de estabilidade descrevem o sistema interestatal, uma etimologia da propriedade de ser um sistema aberto que está sujeitado às modificações das redes de intercâmbio e subordina-se os conflitos de interesse entre seus objetos e os seus estados nacionais de manter as desigualdades de relações.

Em consequência disso, essas novas relações e dinâmicas comerciais estabelecem nas áreas de fronteiras aperfeiçoam a balança comercial dominicana, ao facilitar ao crescimento de exportações dos produtos, e se tornam a economia dominicana mais propícia para grandes variedades de bens que transitam para o mercado haitiano. Tendo em visto que uma quantidade imensurável de produtos dominicanos, são exportados para o Haiti. Assim, esse dinamismo econômico construído na área de fronteira dominicano-haitiano persuadindo pelo crescimento do comércio binacional de dois Estados. Portanto, esse comércio bilateral leva a uma valorização econômica e estratégica do território que se estende a todas escalas geográficas, do lugar, de fronteira e do país, no qual segundo Becker⁶⁰, sob domínio dos principais

58 Machado, 1998, p. 48.

59 Machado, 2005, p. 9.

60 Becker, 1995, p.289.

agentes financeiros e econômicos que são anexadas/inseridas fortes particularizações nos territórios nacionais e acaba prejudicando ou fortalecendo o poder do Estado na gestão da área de fronteira.

Tendo em vista os aspectos analisados, as transformações políticas e econômicas cooperam com a aptidão à globalização, com uma complexidade/diversidade de fluxos expandidos de maneira fortalecida/equilibrada além das fronteiras territoriais e nacionais que são capazes de alcançar uma expansão do espaço diretamente atribuído à circulação e à produção que metamorfoseia a escala de espacialidade desses processos⁶¹. Assim, visto que a região de fronteira ou região fronteiriça é considerada como um espaço que se desdobra de ambos os lados da fronteira e se constitui como uma região econômica transfronteiriça cujos processos de reprodução social são próprios a espaços de intercâmbios internacionais, que incluem a economia e a política, ainda que sejam marcados por desigualdades de relações⁶². São *espaços de conveniência*⁶³ nos quais os arranjos espaciais resultam dos intercâmbios socialmente necessários, ou seja, de todas as trocas que produzem a região como fato⁶⁴.

No âmbito de promover uma dinâmica econômica entre os dois Estados, essas relações implicam algumas convergências que podem acontecer quando processos diferenciados concorrem para formas operacionalmente de maneiras análogas e determinadas pelo mesmo arranjo espacial. Sendo que os processos de produção, as vantagens e comercialização dos produtos e seus resultantes são capazes de direcionar na esfera de arranjos econômicos muito diversificados, não obstante que as redes possuem as consequências, bem como as pessoas e fluxos (de pessoas, capital e mercadoria), que aparecem ser idênticos tanto na perspectiva funcional quanto locacional. Porém, tais processos de convergência podem corroborar em virtude das demarcações locacionais e funcionais que se instituem com base dos paradigmas técnicos, espaciais e territoriais⁶⁵ (e também através de um arranjo espacial construído).

No que concerne os arranjos espaciais constituídos, são geralmente concebidos por pontos que se ligam sem descontinuidade, com base dos parâmetros internos de organização, tendo como relação o próprio meio apropriado a partir de solidariedade entre os agentes, gerando um cotidiano da contiguidade, estas são as horizontalidades (os processos diretos da produção) e verticalidades (os processos de circulação). Verticalidades e horizontalidades nos outorgam se relacionar o território em toda sua complexidade, incluindo todos os agentes em todas as escalas que estão presentes de um dado território⁶⁶. Ao referir a questão de organização territorial e espacial, Ribeiro informa que informa que existe um estratagema quando interpretar a regionalização como fato e também como ferramenta. Isso pode acontecer na me-

61 Arroyo, 1995, p. 506.

62 Dorfman, 2014, p. 34.

63 Santos, 1997, p. 196.

64 Ribeiro, 2004, p. 196-197.

65 Corrêa, 2016, p. 130.

66 Santos, 2006, p. 192; Cataia, 2013, p. 77.

didada em que há um aumento da flexibilidade e da influência da ação instrumental na formulação da questão regional e se houver uma transformação significativa nos arranjos institucionais responsáveis pela regionalização, que, portanto, pode levar a uma intensificação das ligações entre a economia, território e política em diversas modalidades de territorialização da ação social⁶⁷.

Assim, a circulação, que pode gerar as transformações da economia, fragmenta-se em duas características ou/e fundamentos; em primeiro lugar, ela determina uma ordem política que é representada pelo deslocamento de homens, exércitos e ideias e, em segundo lugar, uma ordem econômica, representada pelo fluxo de deslocamento de mercadorias, capitais, técnicas e mercados. Porém, essa estrutura meticulosa leva a uma diferenciação entre as forças do mercado global, desorganizadoras de vida, de relações e as forças de reflexões veiculadas pela altermundialização, que podem cooperar para uma construção progressista dos lugares e a evolução das relações comerciais construídas/mantidas entre os dois países⁶⁸.

Com base dessa análise, pode-se observar que o corredor transfronteiriço⁶⁹ refere-se aos eixos que são basicamente representados em número de quatro – que atravessam a fronteira, por meio dos quais circulam, de maneira regular e em quantidades significativas, mercadorias, pessoas, dinheiro e informações e dentro de cada corredor existe ao menos uma cidade que predomina na concentração das atividades econômicas na região de fronteiras.

Nesses grandes eixos, em razão da presença de aduanas, o fluxo de mercadorias tende a ser identificado com o legal e o lícito, mas não é, certamente, exclusivo. Devido às crescentes trocas e articulações, a região fronteira de Quisqueya apalpa/toca com um dinamismo apreciado. Embora os vilarejos fronteiros polarizaram o tropo da fronteira internacional e, também agem como pontos, livrando-se de ferimentos sofridos há muito tempo e fundindo a ilha como um organismo comercial e de troca.

Entre os dois países reconhecemos quatro grandes corredores: a) mais ao sul encontramos o corredor que conecta com as menores distâncias as duas capitais, e na fronteira coloca em contato as cidades de Fonds-Parisien (Haiti) e Jimaní (República Dominicana), e é por esse eixo que se calcula do *Centre de Facilitation des Investissements* circula 40% de todas as mercadorias registradas no comércio internacional entre os dois países; b) o segundo corredor em importância de tráfego, conecta as duas segundas cidades mais importantes de cada país, Cabo Haitiano (Haiti) e Santiago (República Dominicana) e que tem as cidades de Ouanaminthe (Haiti) e Dajabón (República Dominicana) como confrontantes. Nesse eixo transita 30 % do total de mercadorias formais, mas, ao mesmo tempo, o corredor abriga a maior feira transfronteiriça urbana, localizada em Dajabón; c) o terceiro corredor, quanto aos volumes de tráfego (em torno de 25%), é o que conecta o eixo urbano de San Juan

67 Ribeiro, 2004, p. 198.

68 Gottmann, 1952, p. 215.

69 Felix et al., 1997, p. 36.

de la Maguana, passando por Comendador, do lado dominicano, a Belladère (as cidades limítrofes) e Mirebalais e chegando em Porto Príncipe do lado haitiano; d) finalmente, o corredor que enlaça as cidades de Barahona com o sul do Haiti (fluxo em torno de 5%), e que tem as cidades de Pedernales e Anse-a-Pitre⁷⁰ como confrontantes⁷¹.

Via	Pontos de saída	Valor em dólares	% de importações
Terrestre	Jimaní	565.500.170	53,9
	Dajabón	251.204.599	24
	Elias Pinãs	78.028.786	7,4
	Pedernales	9.714.492	0,9
	Total transporte Terrestre (Formal)	904.448.047	86,2
Aérea	Aéroport International de Las Américas, José Francisco Peña Gómez (SDQ), Santo Domingo	249.037	0,0
	Aéroport International du Cibao	39.140	0,0
	Aéroport International La Isabela, Dr. Joaquín Balaguer (JBQ), Santo Domingo Norte	12.673	0,0
	Total Transporte aéreo (Formal)	300.850	0,0
Marítima	Barahona	109.509	0,0
	Cabo Rojo, Pedernales	751.000	0,1
	Haina Ocidental	96.477	0,0
	Haina Oriental	116.020.585	11,1
	Multimodal Caucedo	118.311	0,0
	San Pedro de Macoris	26.794.072	2,6
	Puerta Plata	35.704	0,0
	Santo Domingo	131.231	0,0
	Total Transport Maritime (Formel)	144.056.889	13,7
	Dados não disponíveis	374.400.045	36
	Total de importações registradas	1.423.205.831	36
	Total dos dados “não disponíveis”	1.048.805.786	100

Quadro 1. Exportações para o Haiti conforme os portos de saída República Dominicana (2014)

Fonte: Adaptados de Facilitation des Investissements (2016)

70 Centre de Facilitation des investissements, 2016.

71 comum, do lado dominicano, a Referência à “ciudades bizagras” e do lado haitiano a referência a “Villes-doublons” em referência ao que chamamos de cidades-gêmeas.

No caso da importação e exportação do comércio estabelece entre os dois Estados insulares entram para os diferentes portos de entradas e saídas das mercadorias, acirra-se a dinâmica de mercado estipulada pela globalização que, reproduz-se nas práticas as incorporações dos mercados, e a economia como principal consequência, se for referir os dados do *Centre de Facilitation des Investissements*⁷² ao comparar os fluxos de exportações para o Haiti de acordo com os diversos portos de saída da República Dominicana.

Em relação aos fluxos de mercadorias declarados pela fronteira dominicana, a grande parte delas que cruzam a fronteira por via terrestre, equivalem a US\$ 904 milhões (86%), por via marítima de US\$ 144 milhões (14%) e apenas US\$ 301.000 (0,03%) por via aérea. Além dos comércios que não estão declarados pelos serviços alfandegários, referindo-se como dados que não estão disponíveis para os pontos de saída gerado pela calibração do Ofício Nacional de Estatística (ONE) da República Dominicana, que representam US\$ 374 milhões (36% do comércio relatado). Conforme observado nas relações de trocas do comércio entre os dois países, não há portos de saída oficiais específicos de mercadorias, mas é possível considerar que os fluxos de comércios ou de mercadorias informais atravessem as fronteiras por via terrestre.

Já que nas alfândegas haitianas, os dados do comércio formal dispõem um paradigma análogo, com um valor acerca de 75% do total das importações passando por via terrestre, 24% por via marítima e 0,2% por via aérea. Assim, pelos dados do comércio informal, com os principais produtos e fluxos de dinheiros que cruzam a fronteira sem registrados no lado do Haiti, mas movendo a economia nacional. Conforme observa-se no (quadro 2) que indica os fluxos de importações por diversos pontos de entrada por meio da República Dominicana.

Via	Pontos de entrada	Valor em dólares	% de importações
Terrestre	Alfândega de Belladère	18.058.915	5,1
	Alfândega de Ouanaminthe	19.726.862	5,6
	Alfândega de Malpasse	226.525.327	64,5
	Subtotal	264.311.104	75,2
Aérea	Aeroporto de Porto Príncipe	608.372	0,2
	Subtotal	608.372	0,2
Marítima	Alfândega de Porto Príncipe	86.552.961	24,6
	Subtotal	86.552.961	24,6
	Total	351.472.436	100

Quadro 2. Importações do Haiti por pontos de entrada dos produtos vindos a República Dominicana (2014)

Fonte: Dados adaptados pelo Centre de Facilitation des Investissements (2016)

72 Centre de Facilitation des investissements, 2016.

Em relação aos dados da exportação da República Dominicana e aos da importação do comércio do Haiti via os portos fronteiriços, conforme mencionado ao relatório de *Centre de Facilitation des Investissements* de 2016, percebe-se que o Haiti registrou 29% das mercadorias do que são declaradas na República Dominicana para as importações terrestres. Assim, as importações marítimas representam a cerca de 60%, e 200% de importações por via aérea. Não obstante os valores apresentados serem baixos, representam de um valor cerca de US\$ 300.000 a US\$ 600.000 por importações por via aérea. Nesse contexto, é pouco provável comparar dois países em relação de fluxos do comércio. Assim, não é surpresa que as taxas de recuperação das importações por via terrestre sejam mais baixas, visto que um meio onde as grandes partes aos fluxos de comércio informais entram no território haitiano e é também nesses portos onde acontecem a maior fraude fiscal aduaneira.

Levando-se em conta o que foi observado no relatório de *Centre de Facilitation des Investissements* de 2016, esses principais portos de entradas de fluxos de mercadoria no Haiti, cujos portos fronteiriços de Anse-à-Pitre-Pedernales são considerados como uma área remota com rede rodoviária em mau estado, cruzou menos de US\$ 10 milhões, porém, não há relatório alfandegário sobre o fluxo de mercadoria que transita nessa faixa de fronteira visto que esta estância aduaneira ainda não está informatizada. Percebe-se que grande parte das exportações marítimas da República Dominicana provém do porto de Haina Oriental (US\$ 116 milhões), perto do Santo Domingo. Os US\$ 26 milhões de exportações deixam San Pedro de Macoris no Sudeste. Portanto, os US\$ 86 milhões (60%) do total estão registrados no porto da alfândega de Porto Príncipe⁷³.

Nesse contexto, Estados abrem a concepção da territorialidade nacional ao reforçar a unidade geográfica do território da ilha. Portanto, essas atividades estabelecidas permitem a evoluir a realidade da fronteira como um perigo por meio de uma promessa econômica. Essa vantagem e equilíbrio volta a empilhar em favor da República Dominicana devido à fraqueza estrutural e logística do território haitiano; além disso, os pontos de acesso para transporte de mercadorias nas fronteiras são porosos. Esses mercados binacionais negociam desproporcionalmente os bens materiais e imateriais dominicanos. Outro ponto culminante, houve um desequilíbrio geográfico que é evidente entre os dois Estados, resultante a uma interdependência que relevante para a mutualidade, que torna ainda bem mais desigual entre ambos os países.

Nessa perspectiva, a ligação interestatal nas cidades precitadas permite o estabelecimento de um processo de acumulação de capital na dinamização de intercâmbio. Essa evolução mais recente dessas vinculações propõe que o poder regulador e organizador dos Estados nacionais está praticamente aniquilado, tanto na parte interior como na de fora de cada Estado, devido à complexidade, à dimensão dos intercâmbios e ao comércio não estatais. Pessoas, comunidades, redes de informação, organizações, redes de solidariedade e corporações fundadas nos interesses di-

73 Centre de Facilitation des Investissements, 2016, p. 36.

ferenciados estabelecem-se em uma escala global de estrutura mais complexa de ser manejada e que, ao mesmo tempo, é fiscalizada pelo Estado⁷⁴.

Os outros dois corredores, de menor importância em fluxos, não apresentam na fronteira cidades de maior aspecto e com intercâmbios intensos; permanecem com pequenas feiras onde são realizadas trocas de produtos de pequenas propriedades camponesas e com menor intensidade de comunicações entre a fronteira e seus respectivos países, principalmente em razão das condições de trânsito e de circulação por via terrestre.

Em decorrência de todos os aspectos mencionados, pode-se destacar que a prática das relações entre as duas forças econômicas estabelecidas na ilha, a economia haitiana torna-se cada vez mais dependente em relação a economia dominicana, além disso, ao possuir interdependência e complementariedade entre ambas, pode ser construída uma estratégia e política de ganha-ganha. Apesar de que a economia haitiana se encontra em forte fragmentação, e também há grande desafio em sua estrutura informal, que poderia contribuir e ceder toda uma gama de produtos ao mercado dominicano, apesar das reduções e as barreiras tarifárias.

Além da percepção trivial da vida cotidiana da área de fronteira dominicano-haitiana, a qual mantém, ainda, as dinâmicas do comércio entre as duas economias por meio da fronteira. Em relação aos dados estatísticos analisados em termos de trocas de atividades comerciais prejudiciais para a economia haitiana, é relevante enfatizar que o comércio informal teve um peso muito significativo e, no entanto, pelo motivo que no território haitiano, essa dinâmica comercial é efetuada especificamente, sem nenhuma supervisão concreta, por pequenos comerciantes e agricultores, que, portanto, possuem um papel crucial para a economia interna. Inicialmente, essas condições não possuem muito benefício para aos camponeses haitianos, os quais, entretanto, se posicionam no mercado da República Dominicana, e atendem à demanda através de um conjunto de produtos. No entanto, por parte da República Dominicana, há uma série de medidas que destinam-se a auxiliar os pequenos comerciantes e empreendedores para que sejam capazes de auferir/receber melhores rendimentos possíveis no mercado desse país visto que isto é uma ferramenta importante para integrar os pequenos comerciantes e dá acesso para fortalecer e contribuir no crescimento da economia dominicana.

Dado exposto o caso das relações intercambiais comerciais para a República Dominicana, o Haiti foi considerado como um grande mercado e também uma fonte de matéria-prima para a manutenção de certos setores agroindustriais. Além do mais, percebe-se que há importação pela República Dominicana de alguns produtos do Haiti em quantidade considerável, mas essas fazem pressão sobre os preços dos produtos domésticos dominicanos, e também fortalecendo as exportações intercambiais de seus produtos para os mercados externos, principalmente, os Estados Unidos.

74 Machado, 2005, p. 5.

Nessa perspectiva, podemos constatar que havia uma lógica de interdependência entre as duas economias insulares, na medida em que os comerciantes haitianos ou camponeses chegam sem as fiscalizações ao mercado dominicano por seus próprios meios, e sobretudo no mercado transfronteiriço, mesmo que levem a encarar todo um conjunto de constrangimentos vinculados com a monitoramento da área de fronteira pelos soldados dominicanos. Assim, é de fundamental importância ressaltar que as origens/princípios de interdependência estão vigentes entre os dois países, visto que o mercado e a agricultura do Haiti possuem uma capacidade que não é explorada e com a falta do investimento do governo; outro fato a ser destacado é, as incorporações da economia dominicana em alguns mercados, que concedem uma possibilidade para os dois Estados. Em virtude de todos os aspectos mencionados, esses fundamentos de subordinações e de complementaridades das relações comerciais entre o Haiti e a República Dominicana, requerem direito a ser aproveitado numa lógica de interdependência numa conjuntura de integração regional entre os dois países.

Conclusões

Em virtude dos fatos mencionados, entende-se que a fronteira existente entre o Haiti e a República Dominicana não é exclusivamente um espaço político e geoestratégico onde cada Estado mantém o controle no limite dessa jurisdição; percebe-se que a fronteira desempenha um papel relevante na passagem e nos caminhos para o trânsito de pessoas e fluxo de mercadorias, de um Estado para o vizinho. Dado que a fronteira entre Haiti e República Dominicana, além das divergências ideológicas, geopolíticas, político-institucionais, culturais e econômicas, exercem em ambos Estados, práticas sociais transnacionais, às vezes, ilegais que constantemente produzem nas demarcações nacionais instituídas.

Tendo em vista os diferentes aspectos discutidos sobre os nexos estabelecidos durante o processo de colonização do Haiti e da República Dominicana, podemos afirmar que a região de fronteira permite que os Estados possuam um ganho específico por meio da presença da zona de fronteira e da confinidade dos dois territórios nacionais, um domínio essencial para a mobilidade das populações fronteiriças, é a especialização em estratégias de evasão das normas oficiais instituídas e sua adaptação às suas necessidades diárias nas interações espaciais transfronteiriças.

Contudo, pode-se ressaltar que sem o fortalecimento de suas instituições e do Estado, provavelmente seria impossível de negociar e de encontrar uma estratégia e políticas adequadas que possa debruçar-se em uma nova dinâmica propícia para controlar a fronteira e os fluxos de economia de dois países. Faz-se necessário que esse estado de controle cogite um reflexo das inanições crescentes entre as ambas as economias, que são resultados de escolhas completamente distintos e também da incapacidade da economia de oferecer ou preconizar os sistemas de evolução ou crescimento apropriados entre as duas economias insulares da ilha.

Bibliografia

- ALFONSO, Haroldo Dilla. De problemas y oportunidades: intermediación urbana fronteriza em República Dominicana. *Revista Mexicana de Sociología*, 2005, vol. 67, nº1, p.99-126.
- ALFONSO, Haroldo Dilla. Introducción: una mirada a la (s) frontera (s). In CARMONA, Clarissa. (ed.). *La frontera dominico-haitiana*. Santo Domingo: Manatí, 2010, p.15-32.
- ALFONSO, Haroldo Dilla. La regionalización precaria en la frontera dominico/haitiana. Si Somos Americanos. *Revista de Estudios Transfronterizos*, 2016, vol. 16, nº 1, p.15-41.
- AMILHAT-SZARY, Anne-Laure et al. *Après les frontières, avec la frontière. Nouvelles dynamiques transfrontalières en Europe*. França: Aube, 2006.167 p.
- ARROYO, Mônica. A espacialidade do futuro. Além das fronteiras nacionais? *Ensaio FEE*, 1995, nº 2, p. 491-509.
- BECKER, Bertha. A Geopolítica na virada do milenio: logística e desenvolvimento sustentável. In CASTRO, Iná; COSTA GOMES, Paulo; CORREA, Roberto. (eds.). *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 271-307.
- BOURGEOIS, Catherine. La frontera dominico-haitiana ayer y hoy: realidad y desafíos. Conferencia para la Reunión Grupo Afro Conferencia de Provinciales de América latina y el Caribe Dajabón (R.D). Université libre de Bruxelles, 2018, p.1-16.
- CARNEIRO, Ricardo. Globalização e integração regional. Rio Janeiro: *Cadernos do Desenvolvimento*, 2008, vol. 3, nº 5, p.43-80.
- CAROU, Heriberto Cairo; LOIS, María. Geografía política de las disputas de fronteras: cambios y continuidades em los discursos geopolíticos em América Latina (1990-2013). *Revista Cuadernos de Geografía*, 2014, Vol. 23, nº 2, p.45-67.
- CATAIA, Márcio. Fronteiras: territórios em conflito. *UNIOESTE*, 2010, vol.3, nº 1, p.11-25.
- CATAIA, Márcio. Território: fundamento e fundamentação do estado. *Revista Sociedade Natureza do Estado*, 2011, vol. 23, nº 1, p.115-124.
- CATAIA, Márcio. Quem tem medo das fronteiras no período da globalização? *Revista Terra Livre*, 2013, vol.1, nº 40, p.65-80.
- Centre de Facilitation des Investissements (CFI). *Les flux commerciaux entre Haïti et la République Dominicaine. Opportunités pour accroître la production haïtienne*. Port au Prince, 2016. <<http://www.haitilibre.com/docs/flux2.pdf>>. [25 de março de 2019].
- CORRÊA, Roberto Lobato. Interações espaciais. In CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. (eds.). *Explorações Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 279-319.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Processos, formas e interações espaciais. *Revista Brasileira de Geografia*, 2016, vol. 61, nº 1, p. 127-134.

- DORFMAN, Adriana; CARDIN, Eric Gustavo. Estratégias espaciais do ativismo em condição fronteiriça do Cone Sul. *Revista columbiana de Geografia*, 2014, vol. 23, nº 2, p.31-44.
- FÉLIX, Gustavo, et al. Desarrollo regional del capitalismo y servicios al productor en los corredores fronterizos del norte de México. In MUNGARAY, Alejandro; LÉON, Ma. Guadalupe García. (eds.). *Desarrollo fronterizo y globalización*. Ciudad de México: ANUEIS, 1997, p. 35-58.
- FERRARI, Maristela. As noções de fronteiras geográficas. *Revista Perspectiva Geográfica*, 2014, vol. 9, nº 10, p.1-25.
- GOTTMANN, Jean. *La Politique des États et Leur Géographie*. Paris: Armand Colin, 1952. 228 p.
- GOTTMANN, Jean. The evolution of the concept of territory. *Journal Social Science Information*, 1975, vol. 14, nº, 3, p. 29-47.
- HEVILLA, Cristina; ZUSMAN, Perla. Diez años de estudios de fronteras en los coloquios internacionales de Geocrítica. Scripta Nova: *Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*, 2008 (Ejemplar dedicado a: X Coloquio Internacional de Geocrítica: Diez años de cambio a en el mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales 1999-2008) [disponible en la red]
- JAQUET, Héctor. Más allá de las fronteras, las fronteras: una aproximación socioespacial a las situaciones fronterizas de Misiones, Argentina. In Alfonso Haroldo Dilla. (ed.). *Ciudades en la frontera*. Santo Domingo: Búho, 2008, p. 33-66.
- KHERDJEMIL, Henry Phanhuys et al. *Territorires et Dynamiques économiques: Au-delà de la pensée unique*. Paris: L'Harmattan, 1998. 228 p.
- MACHADO, Lia Osorio. Limites, fronteiras, redes. In STROHAECKER, Tânia Marques; DAMIANI, Anelisa; SANDRO, Valéria Dutra. (eds.). *Fronteiras e Espaço Global*. Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1998, p.41-49.
- MACHADO, Lia Osorio. Limites e fronteiras. da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade. *Revista Território*, 2000, vol. 8, p.10-29.
- MACHADO, Lia Osorio. Estado, territorialidade, redes, cidades-gêmeas na zona de fronteira Sul-Americana. In SILVEIRA Maria Laura. (ed.). *Continentes em Chamadas. Globalização e Território*. Rio Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 246-284.
- MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997. 192 p.
- MEZZADRA, Sandro. Dossiê: "Migrações e fronteiras". Multiplicação das fronteiras e práticas de mobilidade. *Revista Interdiscip. Mobil Hum*, 2015, vol. 23, nº 44, p. 11- 30.
- MEZZADRA, Sandro; NEILSON, Brett. *La frontera como método, o, la multiplicación del trabajo*. Buenos Aires. Tintas Limón, 2016. 509 p.

- MOUDDEN, Lena Poschet E. *Villes à la frontière et transformation de l'espace: le cas de Haïti et la République Dominicaine*. Tese doutoral orientada por Jacques Lévy. Lausanne: École Polytechnique Fédérale de Lausanne, 2006. 190 p.
- PORTO, Maria Stela Grossi. Análise werberiana da violência. In COELHO, Maria Francisca Pinheiro; BANDEIRA, Lourdes; MENEZES, Marilde Loiola de. (eds.). *Política, ciência e cultura em Max Weber*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000, p. 311-329.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993. 269 p.
- RATZEL, Friedrich. Las leyes del crecimiento espacial de los Estados: una contribución a la Geografía científico-política. Traducción al castellano de Marina Díaz. *Geopolítica(s): Revista de estudios sobre espacio y poder*, 2011, vol.2, nº 1, p.135-156.
- REDON, Marie. Frontière poreuse, État faible? Les relations Haïti / République dominicaine à l'aune de la frontière. *Bulletin de l'Association de géographes français*, 2010, v. 87, nº 3, p. 308-323.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997. 388 p.
- SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4ª Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2006. 230 p.
- SILVA, Cátia Antonia; BERNARDES, Julia Adão; RIBEIRO, Ana. Clara Torres. Território usado e humanismo concreto: o mercado socialmente necessário. In SILVA, Cátia Antonia da; BERNARDES, Julia Adão; Ribeiro, Ana Clara Torres. (eds.). *Formas em crise: utopias necessárias*. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2005, p. 93-111.
- SILVA, Silvana Cristina da. Território, fronteiras e interações espaciais: os imigrantes Bolivianos em São Paulo. *Revista GEONORTE*, 2013, vol.7, nº 1, p.1281-1297.
- SILVEIRA, Maria Laura. Território usado: dinâmicas de especialização, dinâmicas de diversidade. *Ciência Geográfica*, 2011, vol. 14, nº 1, p. 4-12.
- THEODAT, Jean-Marie. Haiti-Quisqueya: Une double insularité. *Revista Mappemonde*, 1998, vol. 51, nº 3, p. 7-11.

© Copyright: Guerby Sainté, 2020

© Copyright: Biblio3W, 2020.

Ficha bibliográfica:

SAINTÉ, Guerby. Território e fronteira como limite geoestratégico do estado: o caso do Haiti e da República Dominicana. *Biblio3W, Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 5 de marzo de 2020, vol. XXV, nº 1.287. [ISSN: 1138-9796]